



Ata da Reunião Ordinária de fevereiro de 2026 do Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná– CEPCT/PR

Ao décimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, em primeira chamada (início às nove horas), o Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT/PR se reuniu em formato híbrido, presencialmente na Sala de Situação (4º andar) no Palácio das Araucárias e online pelo link do meet: meet.google.com/ycx-tpxo-ruj, para a realização da 1ª Reunião Ordinária do ano, convocada por meio do Ofício Circular n.º 001/2026, que apresentou como expediente: 1) Abertura e Boas-vindas da Presidente; 2) Apreciação e aprovação da pauta; Leitura e aprovação da ata de dezembro de 2025; 3) Informes Gerais; 4) Relato das Câmaras; 5) Apresentação do relatório de monitoramento das políticas públicas das Secretarias Estaduais direcionadas ao atendimento de PCTs; 6) Enfrentamento ao racismo religioso e proteção aos Povos de Terreiro; 7) Carteira de Identificação para PCTs; 8) Curso de brigadistas para PCTs – Defesa Civil; 9) Devolutiva do ofício ao IAT – alterações na Portaria 241 IAT e apresentação do resultado de suas alterações; 10) Informação quanto ao atendimento da demanda das cestas básicas solicitadas para os Ilhéus do Rio Paraná; 11) Informes do Plano Estadual dos PCTs e evento de lançamento; 12) Minuta de Regimento Interno do CEPCT; 13) Ofício Circular n.º 010/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social – Reforma Tributária e seus Impactos no Programa Nota Paraná (composição de fundos dos Conselhos); 14) Monumento em Rebouças; 15) Edital de Carnaval da Prefeitura Municipal de Cascavel; e 16) Encerramento. Registro de participantes: **Conselheiros Governamentais:** Ellen Cunha do Nascimento (Secretaria de Estado da Cultura – SEEC); Sandra Aparecida da Silva (Secretaria de Estado da Educação – SEED); Renata Himovski Torres (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP); Gustavo Henrique Mussi Augusto (Casa Civil – CC); Douglas Henrique Novelli (Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU); Hayanne Giovana Iovanovitch; Felipe Kamaroski; e Pollyanna Medeiros (Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI); Maria Regina dos Santos (Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB); Renê Wagner Ramos (Secretaria de Estado da Ciência, Ensino Superior e Tecnologia – SETI); Rosane Souza Freitas (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); e Dhyeisa Lumena Rossi (Secretaria de Estado da



Infraestrutura e Logística – SEIL). **Conselheiros da Sociedade Civil:** Laysmara Carneiro Edoardo (Povos de Terreiro); Silvana Rodrigues Quintilhano (Povos de Terreiro); Jean Gonçalves Barreto (Quilombolas); Rosemary Ferreira da Silva (Quilombolas); Marilei de Fatima Ferreira Gonsalves (Faxilaneses); Dimas Gusso (Faxilaneses); Tatiane Emilia Camargo Iovanovitchi (Povos Ciganos); Nardi Terezinha Casanova (Povos Ciganos); Ana Maria dos Santos (Benzedeiras); Misael Jeferson Nobre (Ilhéus); José Ribeiro da Silva (Ilhéus) e Claudio de Andrade Corrêa (Pescador Artesanal). Ausências justificadas: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF; e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST. **Convidadas/os:** Camille Vieira da Costa (Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial da Defensoria Pública Estadual – NUPIER/DPE). **Ouvintes:** Victoria Vilas Boas; Ge Figueiredo Cunha; Pollyana Ferreira Sora; Pamela Raphaela da Silva; Caroline Fátima das Chagas Rocha; Ivânia Ramos dos Santos; Luara Krishna Caron; e Maria Karolina Silva Magalhaes (Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa - SEMIPI). **Secretaria Executiva:** Gloria Christina de Souza Cardozo (SEMIPI). A Sec. Gloria Cardozo, procedeu à verificação de quórum, sendo constatado, na primeira chamada, quórum suficiente para o início dos trabalhos. Na sequência, a Presidente do CEPCT/PR, Sra. Laysmara Carneiro Edoardo, deu as boas-vindas às pessoas conselheiras presentes, tanto no formato presencial quanto remoto, destacando a importância da realização da reunião em formato híbrido como estratégia de ampliação da participação dos Povos e Comunidades Tradicionais no âmbito do Conselho. Ressaltou ainda o início dos trabalhos no ano de 2026, enfatizando os desafios e agendas prioritárias a serem enfrentadas ao longo do período, bem como a importância da continuidade das articulações institucionais desenvolvidas pelo colegiado. Passou-se a apreciação e aprovação da pauta. Procedida a leitura da convocatória da reunião, com os 17 pontos iniciais, foram apresentadas as seguintes pautas para inclusão: Curso PCTs NEABI/UTFPR Campus Londrina; Denúncia - Ocorrência da conferência setorial de desenvolvimento rural; Tombamento e adequação do cemitério de Ilha Rasa - Guaraqueçaba; Resposta do IAT - Retirada de cascalho - estrada do Itaqui; Edital PCT - SEEC; ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; Composição da comissão temporária de cartografia sociodemográfica; Composição de comissão conjunta com o IAT - CLPI; Cartilha PCTs; Capacitação às pessoas servidoras públicas para direitos da população PCTs; e Composição da comissão

eleitoral para representação da sociedade civil. Com as inclusões sugeridas, a pauta foi colocada em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. A Secretaria Executiva informou o agendamento de duas apresentações na Plenária, sendo a primeira uma devolutiva do comitê interinstitucional de enfrentamento à violência contra a mulher, em atenção a demanda recorrente do Conselho quanto às questões específicas das mulheres PCTs e a segunda a apresentação do projeto Paraná MAP pelo Instituto Água e Terra - IAT. Passou-se ao terceiro ponto, qual seja a leitura e aprovação da ata de dezembro que, devido ao não envio à apreciação prévia das pessoas conselheiras a acompanhar a convocatória, foi retirada de pauta, devendo constar na próxima reunião ordinária. Dando sequência, foram trazidos como informes gerais: 1) **Relato da reunião com IPARDES:** a Presidenta do Conselho, Sra. Laysmara Carneiro Edoardo, realizou relato acerca de reunião realizada no dia 10 de fevereiro, às 11 horas, junto ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, a qual teve por objeto demanda histórica do Conselho, oriunda de gestões anteriores, referente à necessidade de mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado do Paraná. Em sua fala, destacou que a produção de políticas públicas voltadas a esses segmentos demanda, como pressuposto fundamental, o conhecimento acerca da localização dos territórios, do quantitativo populacional e das condições de vulnerabilidade vivenciadas, de modo a subsidiar a formulação de ações efetivas e adequadas às realidades específicas dos Povos e Comunidades Tradicionais. Informou que a reunião contou com a participação de técnico do IPARDES, ocasião em que foram apresentadas as dificuldades e especificidades envolvidas na temática, bem como sistematizadas e apresentadas ao Instituto informações e elementos acumulados pelo Conselho, com vistas a subsidiar a revisão de protocolos metodológicos e a construção de uma cartografia sociodemográfica no âmbito estadual. Ressaltou que, embora existam levantamentos pontuais já realizados, a exemplo de mapeamentos de territórios Indígenas e Quilombolas conduzidos pelo Instituto Água e Terra – IAT, além de dados provenientes de equipamentos como CRAS, unidades escolares e iniciativas de movimentos sociais, associações e fóruns, não há, até o momento, no Estado do Paraná, um levantamento estruturado, sistematizado e abrangente que contemple a totalidade dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diante desse cenário, indicou a inserção do tema na pauta do Conselho, com proposição de constituição de comissão temática composta por representantes governamentais e da

sociedade civil, com a finalidade de acompanhar, estruturar e viabilizar, no curto e médio prazo, a implementação do projeto de mapeamento, com vistas à construção da referida cartografia sociográfica estadual. 2) **Relato da reunião com IAT:** a Presidente do Conselho, Sra. Laysmara Carneiro Edoardo, apresentou relato acerca de reunião realizada no dia 10 de fevereiro, no período da tarde, junto aos profissionais: Mariane Félix da Rocha; Gerson Antônio Jacobs e Gustavo Pacheco dos Santos da diretoria e da equipe responsável pela área de biodiversidade do Instituto Água e Terra – IAT, ocasião em que foi apresentada a proposta de revisão da Instrução Normativa vigente, datada de 2022, que disciplina os procedimentos adotados pelo Instituto para a realização de Consultas Livres, Prévias e Informadas - CLPIs em situações que envolvam impactos sobre territórios e comunidades de Povos e Comunidades Tradicionais. Informou que o referido normativo se encontra em processo de revisão e que a equipe do IAT buscou dialogar com o Conselho no sentido de subsidiar essa atualização, configurando-se como etapa de escuta institucional. Nesse contexto, indicou a proposição de constituição de comissão no âmbito do CEPCT, com a finalidade de acompanhar o processo e contribuir na elaboração de documento que assegure conformidade com a legislação vigente e a efetiva garantia do direito à Consulta Livre, Prévia e Informada. 3) **Participação no jubileu de ouro da Festa de Iemanjá em Foz:** a Presidente do Conselho, Sra. Laysmara Carneiro Edoardo, apresentou informe acerca de sua participação no Jubileu de Ouro da Festa de Iemanjá no município de Foz do Iguaçu, ocasião em que representou o CEPCT e as cadeiras dos Povos de Terreiro. Destacou tratar-se de evento de relevante expressão cultural e religiosa, organizado pelos terreiros locais, com apoio do poder público municipal e de órgãos de turismo, registrando a participação do Conselho na abertura e em atividades de divulgação junto à imprensa local. 4) **Organização de pautas permanentes de PCTs para debate nas comissões:** foi apresentado informe pela Presidente Laysmara, relativo à organização de pautas permanentes no âmbito das comissões temáticas do Conselho, indicando que a sociedade civil irá se organizar para a elaboração de documento conjunto contendo a sistematização das principais demandas já debatidas no colegiado. Informou-se que cada segmento ficará responsável por elencar os pontos prioritários que demandam atenção do poder público, com vistas à construção de instrumento direcionador a ser apresentado na próxima reunião, o qual subsidiará tanto o acompanhamento das pautas pelo Conselho quanto a qualificação das



contribuições ao processo de elaboração do Plano Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. 5) **Homenagem à Laysmara pela Federação umbandista do estado do Paraná pelo trabalho na defesa dos direitos dos Povos de Terreiro - Prêmio Destaque do Axé:** a Conselheira Silvana registrou homenagem prestada à Presidente do Conselho, Sra. Laysmara Carneiro Edoardo, pela Federação Umbandista do Estado do Paraná, por meio da concessão do Prêmio Destaque do Axé, em reconhecimento à sua atuação na defesa dos direitos dos Povos de Terreiro. Em resposta, a Presidente agradeceu publicamente a homenagem, ressaltando que o reconhecimento se estende ao trabalho coletivo construído no âmbito do Conselho e junto aos segmentos representados. Concluídos os informes gerais, antes do início do relato das Comissões, a Secretaria Executiva apresentou proposta de organização da dinâmica das reuniões do Conselho, informando a adoção de medidas voltadas à digitalização dos processos e à disponibilização prévia de materiais por meio de drive compartilhado, a ser encaminhado juntamente com a pauta e convocatória, de modo a possibilitar a preparação prévia das pessoas Conselheiras. Informou ainda a organização de apoio técnico às comissões temáticas, com vistas ao registro das discussões e qualificação dos relatos apresentados à plenária, sendo aberto espaço para que as pessoas conselheiras pudessem avaliar a dinâmica proposta e sugerir eventuais ajustes para as próximas reuniões. Foi tratada a possibilidade de reorganização, com o agendamento de apenas duas salas para a realização das comissões, a aglutinar as comissões de Território, Direito Socioambiental e Segurança com a de Saúde e Infraestrutura e manter a de Educação, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural em sala específica, isso em respeito ao seu volume de trabalho. Na oportunidade, foi também apresentada atualização do site institucional do Conselho, com reorganização das abas e disponibilização de conteúdos relativos à composição, legislação, reuniões, atos, plano estadual, conferências e eleições. Foi registrado apontamento quanto à necessidade de adequação da representação das comunidades de Ilhéus, sendo informado que a correção será realizada posteriormente à reunião. Dando sequência à pauta e, atingindo o horário para o qual foi agendada apresentação da equipe técnica do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, passou-se à apresentação conduzida pela Assistente Social Fernanda Cristina Heberle que atua no apoio técnico e Secretaria Técnica. A profissional expôs a estrutura, funcionamento e atribuições do Comitê, instituído por decreto estadual, com caráter



orientativo e composto por órgãos da administração pública e representantes da sociedade civil. Destacou que o Comitê atua na articulação de políticas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, organizando-se por meio de câmaras técnicas temáticas, dentre as quais se inclui a câmara temporária voltada às mulheres indígenas em situação de violência. Esclareceu, ainda, que o Comitê não possui caráter deliberativo nem competência para recebimento de denúncias, atuando na construção de fluxos, protocolos e ações interinstitucionais, bem como que, no atual desenho normativo, não há previsão de assento para o CEPCT, sendo, contudo, franqueada a participação nas reuniões do pleno. Na sequência, as pessoas conselheiras manifestaram-se quanto às especificidades das violências que atingem as mulheres dos Povos e Comunidades Tradicionais, destacando que, para além das situações de violência doméstica, há contextos próprios relacionados às estruturas comunitárias, culturais e territoriais, que demandam abordagens diferenciadas por parte das políticas públicas. Foram ressaltadas, em especial, as situações vivenciadas por mulheres indígenas, Quilombolas e ciganas, evidenciando a necessidade de reconhecimento dessas especificidades no âmbito das instâncias institucionais. Durante o debate, foi indicado como possível encaminhamento a proposição de criação de câmara técnica específica para mulheres de Povos e Comunidades Tradicionais, a ser pleiteada junto ao Comitê, considerando, contudo, a limitação atual de recursos humanos apresentada pela equipe técnica e a existência de câmara temporária em andamento voltada às mulheres indígenas, com previsão de conclusão ao final do ano. Nesse sentido, foi sugerido o acompanhamento do encerramento da referida câmara, visando subsidiar futura solicitação de nova instância temática. No que se refere à participação do Conselho em espaços correlatos, foi apresentado informe acerca de reunião extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR, a ocorrer em 12 de fevereiro, com pauta voltada à violência contra mulheres indígenas, ficando consignada a representação do CEPCT pela Conselheira Tatiane Emilia Camargo Iovanovitchi. Em continuidade, retomou-se a pauta para o relato das Comissões temáticas: **Comissão de Educação, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural**, relatora: Conselheira Silvana Rodrigues Quintilhano. **Protocolo 24.255.772-7: Ofício N.º 058/2025. Relato:** Trata-se do Ofício encaminhado à EPR Litoral solicitando a realização de Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI nos Termos da 169º da OIT. A EPR Litoral respondeu afirmando que é de responsabilidade do Estado instaurar os

processos de CLPI e indica que o conselho encaminhe o pedido ao Instituto Água e Terra (IAT). Tal medida já foi realizada por meio do protocolo 24.255.772-7, porém sem retorno, a movimentação mais recente foi o encaminhamento para “conhecimento e providências” no dia 08/01/2025 à Divisão de Licenciamento Estratégico. Consta no drive protocolo 23.391.359-6 com envio da solicitação de CLPI ao Departamento Estadual de Rodagem (DER), que por sua vez recomendou o envio da solicitação a EPR Litoral. Os ofícios foram deliberações da reunião de 11/12/2024. Foram recuperados os encaminhamentos anteriores no conselho e seus desdobramentos e a resolução n.º 9, de 3 de dezembro de 1987 do Conselho Nacional de Meio Ambiente mencionada pela EPR Litoral para consulta da Comissão caso haja necessidade. **Parecer da Comissão:** Reforçar solicitação ao IAT, destacar que EPRLT indicou que a CLPI é uma prerrogativa dos Estados, colocar um prazo de 30 dias para resposta. **Parecer da Plenária:** Aprovado parecer da comissão. **Protocolo: 23.735.542-3. Relato:** Ofício encaminhado à Secretaria Estadual de Educação solicitando a criação de Grupo de Trabalho para tratar currículo faxinalense e ações afirmativas sobre as comunidades Faxinalenses na educação do campo. O Departamento de Educação Inclusiva afirmou por meio da Informação N.º 968/2025 que tem executado atividades de fortalecimento e formação continuada com profissionais da educação do campo e se colocou à disposição para participar de Grupos de Trabalho. **Parecer da Comissão:** 1. Convidar a equipe responsável pelas formações dos professores para conversar a respeito do planejamento a respeito da abordagem sobre PCTs nas escolas do campo (mandar o convite ao DEIN para que eles façam a mediação); 2. Compor Grupo de Trabalho de educação para PCTs. **Parecer da Plenária:** Aprovado parecer da comissão. **Protocolo: 23.939.070-6. Relato:** Ofício encaminhado à SEMIPI solicitando auxílio para diálogo com os órgãos que realizam a gestão do Parque Estadual do Monge para as Romarias das Benzedeadas e Benzedores. O IAT informou por meio da Informação N.º 568/2025 que não há impedimento para realização da celebração, desde que respeitadas as normas de conservação e segurança do parque, com exceção da Trilha da Pedra Partida que está interditada por questões de segurança. **Parecer da Comissão:** A comunidade das benzedeadas e benzedores reconhece a importância desse não impedimento e solicita ajuda de custo para manutenção das peregrinações. **Parecer da Plenária:** Aprovado parecer da comissão. **Protocolo: 24.256.987-3. Relato:** Ofício encaminhado à SEED e ao Município de Dr. Ulysses

solicitando a inclusão de um micro-ônibus na rota escolar dos Quilombos de Gramadinho e Varzeão para atender melhor às necessidades das crianças mais novas. A Secretaria Municipal de Educação afirmou por meio do Ofício n.º 833/2025 que no momento todas as crianças estão sendo atendidas por um mesmo ônibus, não havendo disponibilidade do veículo solicitado. A resposta também afirmou que “Qualquer inclusão de novo micro-ônibus dependerá de processo licitatório e de disponibilidade orçamentária específica, não sendo possível atender à solicitação de imediato. Destacamos que essa demanda deverá ser analisada e planejada para o ano letivo de 2026, considerando a necessidade de previsão de recursos e adequação do quadro de frota”. **Parecer da Comissão:** Reiterar situação à prefeitura, consultar se há presença de monitor no transporte escolar e solicitar o número da linha escolar. **Parecer da Plenária:** Aprovado parecer da comissão. **Protocolo:** 25.173.092-0. **Relato:** Ofício encaminhado à SEED solicitando a aplicação de carta de anuência e calendário escolar no Colégio Estadual do Campo Ismael Xavier Chagas de Tibicanga, Guaraqueçaba/PR. O Departamento de Educação Inclusiva, setor responsável pelas escolas do campo, declarou por meio da Informação Técnica N.º 1001/2025 que a solicitação tem impacto no processo de contratação e outros trâmites burocráticos, por isso enviaram a demanda para manifestação da Secretaria de Administração e Previdência - SEAP e Procuradoria Geral do Estado do Paraná - PGE/PR. **Parecer da Comissão:** De acordo com as informações do conselheiro Cláudio de Andrade Corrêa, a carta de anuência está vigente na região. Questionar à SEED/DEIN quanto a adoção de carta de anuência conforme Tibicanga por todas as escolas do campo em territórios de PCTs, sugerindo aplicação, caso ainda não seja o procedimento adotado. Havendo impossibilidade de aplicação do procedimento, que a justificativa possa ser minuciada pela SEED, reforçando-se a necessidade de contratação de pessoas profissionais da educação com especialização curricular voltada a PCTs. **Parecer da Plenária:** Aprovado parecer da comissão. **Carta de Anuência Ribeirinhos de Puruquara/Guaraqueçaba, Colégio Marcílio Dias. Relato:** Solicitação recebida via whatsapp, a indicar a necessidade da aplicação de carta de anuência para contratação de profissionais da educação, priorizando pessoas da comunidade. **Parecer Comissão:** Solicitar à SEED a realização de censo da comunidade escolar do Colégio Marcílio Dias, com recortes específicos com relação a território e pertencimento à segmentos de PCTs. **Parecer da Plenária:** Aprovado parecer da comissão, com

solicitação de envio do abaixo-assinado da comunidade a requerer a transformação da escola como escola do campo e diligência quanto as necessidades administrativas da oferta de ensino. **Protocolo: 25.361.965-1. Relato:** Ofício encaminhado à Coordenação do Programa do Artesanato Brasileiro solicitando a realização de mutirão descentralizado de emissão de carteira do artesão em territórios PCTs, com a inclusão de outros serviços governamentais para atender as comunidades. A coordenação respondeu informando que tal mutirão depende do mapeamento das regiões e comunidades a serem atendidas, também informou que não é de sua competência articular com outros órgãos para realização de ações em territórios tradicionais, mas sim da Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais. Por fim, a coordenação reafirma sua disposição a colaborar com as ações uma vez que as articulações necessárias sejam realizadas. **Parecer da Comissão:** ponto a ser debatido em plenária dado a interrupção do trabalho da Câmara para realização da reunião com o IAT. **Parecer da Plenária:** Em diligência, para composição de cronograma de visita às comunidades e emissão das carteiras em ação conjunta entre o CEPCT e a COPCT/DIRPCT com apresentação na ordinária de abril. Concluído o relato da Comissão, a pauta foi suspensa para acolher a apresentação do projeto Paraná MAP pelo Instituto Água e Terra - IAT. O Engenheiro Civil Sr. Carlos, representante do IAT, realizou apresentação do projeto ParanáMap, inserido no programa Paraná Eficiente, financiado com apoio do Banco Mundial, com execução prevista até 2027, cujo objetivo consiste na produção de base cartográfica de alta precisão para subsidiar o planejamento estatal nas áreas de gestão ambiental, saúde e administração pública. Esclareceu que os dados serão disponibilizados prioritariamente às instituições públicas, por meio da plataforma estadual de geoinformação, ainda em definição quanto ao nível de acesso público, e que a instalação de marcos geodésicos em campo possui caráter exclusivamente técnico, sem implicações fundiárias. Após a exposição, a plenária concentrou o debate nos impactos do projeto sobre os Povos e Comunidades Tradicionais, especialmente quanto ao uso futuro dos dados para fins de fiscalização ambiental, à ausência de processos estruturados de comunicação e à necessidade de observância da Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI. Como encaminhamentos, foram deliberadas as seguintes medidas: a) Encaminhar à 6ª Câmara do Ministério Público Federal solicitação de acompanhamento do projeto ParanáMap, com vistas à fiscalização de seus impactos e à avaliação da necessidade de realização de CLPI; b)

Requerer a apresentação periódica de relatórios de monitoramento da execução do projeto ao Conselho, possibilitando o controle social sobre seus desdobramentos; c) Solicitar informações quanto às estratégias de governança e proteção de dados, incluindo a observância das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), diante da sensibilidade das informações produzidas; d) Produzir Nota Técnica do Conselho sobre Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI, seus procedimentos e sua aplicabilidade em casos de impactos diretos e indiretos sobre PCTs; e) Indicar a necessidade de articulação com o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), considerando a abrangência territorial e populacional dos efeitos do projeto; e f) Sugerir a constituição de instância ou comissão para acompanhamento do tema, com participação de órgãos como a Defensoria Pública, visando qualificar o debate e os encaminhamentos institucionais. Registra-se a contribuição da Dra. Camille, representante da Defensoria Pública, no debate do tema, a destacar a necessidade de realização de Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI, ainda que em formato adequado à complexidade do projeto, ressaltando a importância de garantir o diálogo com as comunidades, a acessibilidade das informações e a construção de eventuais contrapartidas que contribuam para a proteção dos Povos e Comunidades Tradicionais. A Defensora pontuou ainda, que, embora o projeto não tenha sido concebido com finalidade de impacto direto, seus desdobramentos futuros podem afetar as comunidades, o que reforça a necessidade de abordagem socioambiental e preventiva. Igualmente coloca-se a necessidade de registro da preocupação da Presidente do Conselho quanto à natureza e à gestão dos dados produzidos pelo projeto, especialmente diante da informação de que estes serão armazenados em estrutura vinculada à CELEPAR, atualmente em processo de privatização, destacando tratar-se de dados sensíveis relativos ao território e à população paranaense, o que demanda atenção quanto à sua segurança, governança e uso futuro. Concluído o debate no âmbito da apresentação do Projeto ParanaMap, a reunião foi interrompida às 12:10 para realização de intervalo de almoço, ficando acordado o retorno às 13:30 para continuidade da pauta. Retomados os trabalhos no período vespertino, procedeu-se à reabertura da reunião com a retomada dos encaminhamentos indicados ao final do período matutino, sendo projetado o documento de relatoria para acompanhamento pelas pessoas Conselheiras presentes, tanto na modalidade presencial quanto remota. A Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais da SEMIPI



aproveitou o ensejo para apresentar fisicamente às pessoas Conselheiras as cartas que integraram o jogo que foi aprovado pelo Conselho na ordinária de dezembro para uso nas atividades do stand da SEMIPI no programa Verão Maior de conhecimento e valorização da cultura de PCTs no Paraná. Na sequência, deu-se continuidade ao relato das Comissões Temáticas: **Comissão de Território, Direito Socioambiental e Segurança**, relatora: Conselheira Hayanne Giovana Iovanovitch. **Protocolo: 21.340.677-9 Relato:** Ofício encaminhado à SEDEST solicitando informações acerca do andamento do projeto Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Foi informado que o SEUC encontra-se em tramitação. Destacaram que o processo de Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI foi oficialmente concluído em 1º de setembro de 2025. A consulta foi realizada junto à Articulação Puxirão dos Povos e Comunidades Faxinalenses do Paraná (APF), resultando em consentimento formal dos representantes quanto à minuta do projeto. **Parecer da Comissão:** Ciência e Arquivamento. **Parecer da Plenária:** Aprovado parecer da comissão. **E-mail: Consulta Pública SysFlor. Relato:** Ofício 009/2026 encaminhado à empresa SysFlor solicitando manejo florestal em Sengés/PR (RJA Agroflorestal). O CEPCT reforçou que a simples consulta pública não substitui a CLPI. A empresa informou que essa questão da Consulta Prévia será avaliada pela equipe de auditoria do selo FSC. Eles vão verificar se a empresa está seguindo o "Princípio 4", que é a regra específica do selo que exige o respeito aos direitos dos povos tradicionais. **Parecer da Comissão:** Ciência e arquivamento. **Parecer da Plenária:** Aprovado parecer da comissão. **E-mail: Consulta Pública Famossul. Relato:** E-mail encaminhado ao CEPCT convidando para contribuir com o processo de Consulta Pública da área de fornecimento de Madeira Controlada da empresa. Foi enviado por eles o Mapa Ambiental e Social da Famossul, assim como o Questionário para preenchimento. **Parecer da Comissão:** Responder o e-mail a indicar a necessidade de CLPI. **Parecer da Plenária:** Aprovado parecer da comissão. **Protocolo: 25.205.589-4. Relato:** Ofício 001/2026 encaminhado ao IAT solicitando paralisação das atividades de engenharia cartográfica em comunidades tradicionais de Guaraqueçaba até a realização da CLPI. O IAT informou que as atividades referem-se apenas a medições técnicas para a rede geodésica estadual, sem impacto direto na posse das terras. No entanto, em respeito ao Conselho, suspenderam os trabalhos temporariamente para realizar uma apresentação técnica ao CEPCT/PR e alinhar a comunicação com as lideranças locais. **Parecer da Comissão:**

Será aguardado a reunião com IAT para ser pautado o assunto na reunião e assim, dar encaminhamento. **Parecer da Plenária:** Encaminhar à 6ª câmara do MPF o acompanhamento do projeto ParanaMAP, aplicação das diretrizes da LGPD e produção de relatório de monitoramento para CEPCT. Elaboração de Nota Técnica pelo CEPCT sobre sua competência em âmbito de execução de CLPI e procedimentos de CLPI, a ser composta pela comissão que será deliberada no ponto 24. Envio do conteúdo ao CEPI.

Ofício n.º 110/2026/GABPRM5-HGO (MPF). Relato: Ofício 002/2026 encaminhado ao Ministério Público Federal sobre apuração de possíveis irregularidades em atividades de mapeamento cartográfico do IAT em territórios tradicionais. O Procurador da República informou o arquivamento do procedimento preparatório. A decisão baseou-se no fato de que o IAT já adotou providências adequadas (como a suspensão temporária e o agendamento de reuniões com as lideranças) para garantir que o mapeamento respeite os direitos territoriais, não havendo, no momento, irregularidade que justifique a continuidade da investigação. **Parecer da Comissão:** Será aguardado a reunião com IAT para ser pautado o assunto na reunião e assim, dar encaminhamento. **Parecer da Plenária:** Encaminhar à 6ª câmara do MPF o acompanhamento do projeto ParanaMAP, aplicação das diretrizes da LGPD e produção de relatório de monitoramento para CEPCT. Em continuidade, passou-se ao relato da **Comissão de Saúde e Infraestrutura**, relatora: Conselheira Dhyeisa Lumena Rossi. Ofício encaminhado via e-mail à Prefeitura Municipal de Campo Largo, tratando de demandas da comunidade Quilombo Palmital dos Pretos. O documento relata a necessidade da construção de um poço artesiano e solicita providências quanto à implementação de uma linha de transporte escolar (van) que atenda adequadamente o deslocamento dos alunos da localidade. Em resposta, a prefeitura relata que a obra já foi iniciada, mas que atualmente se encontram temporariamente paralisadas pela questão do aguardo da liberação do material faltante pela SANEPAR. Além disso, não foi sinalizada pelo referido documento, informações quanto à demanda da van escolar para os alunos da comunidade. **Parecer da comissão:**

1. Encaminhar ofício à SANEPAR, reiterando urgência e providências quanto a disponibilização dos materiais faltantes à prefeitura de Campo Largo e a importância da finalização da obra para os moradores do Quilombo.
2. Encaminhar ofício à Prefeitura de Campo Largo, referenciando o documento resposta recebido pelo Conselho e ressaltando a falta de informações e retorno quanto à demanda da van escolar para os alunos da

comunidade e também atendendo às necessidades de apoio às crianças neuro divergentes no transporte escolar. **Parecer da Plenária:** Aprovado o parecer da comissão. A concluir o ponto dos relatos das Comissões, passou-se à **Comissão de Gestão e Financiamento**, relatora: Conselheira Laysmara Carneiro Edoardo. **Protocolo: 25.306.194-4. Relato:** Apreciação do retorno da AT quanto a minuta de regimento interno, a indicar a exclusão do capítulo VI que versa sobre o fundo, a sinalizar que sua criação e implementação envolve o processo legislativo, extrapolando a competência do regimento. **Parecer da Comissão:** Acatar a recomendação e solicitar à SEMIPI que proceda a tramitação de projeto legislativo de criação do Fundo. **Parecer da Plenária:** Aprovado o parecer da comissão. A aproveitar a temática do regimento interno do Conselho, por sugestão da Presidência, foi adiantada apreciação do item 12 da pauta, qual seja: **Minuta de Regimento Interno do CEPCT**. Foi informado pela Presidência que, em razão do estágio atual de análise e da necessidade de leitura qualificada por parte das pessoas conselheiras, não seria realizada deliberação de mérito na presente reunião. Nesse sentido, foi indicado que a comissão responsável se reunirá novamente para consolidação da versão final do documento, a partir das contribuições da assessoria técnica. **Parecer da Plenária:** em diligência. Necessidade de chamamento de reunião extraordinária da comissão composta para elaboração do regimento interno para análise final e envio ao pleno para apreciação com convocação de extraordinária para março a fim de aprová-lo. A retomar o relato da comissão temática, resgatou-se o **Ofício Circular n.º 013/2025 CEAS/PR - Reforma Tributária e seus Impactos no Programa Nota Paraná - Ref.: Ofício Circular 010-2025 – Programa Nota Paraná – Reforma Tributária – Nota Conjunta. Relato:** Manifestação quanto a desistência de manifestação conjunta dos Conselhos quanto à Nota Paraná. **Parecer da Comissão:** Cientes, indicando o não acolhimento de informação anterior quanto a manifestação conjunta. **Parecer da Plenária:** aprovado o parecer da comissão. Concluída a apreciação do item 5 da pauta, passou-se ao item **6) Apresentação do relatório de monitoramento das políticas públicas das Secretarias Estaduais direcionadas ao atendimento de PCTs**. A relatoria do ponto foi conduzida pela Assessoria de Conselhos, pela estagiária Pollyana Sora que apresentou a **metodologia de composição do relatório**, destacando-se que o instrumento foi estruturado a partir da sistematização das respostas aos protocolos encaminhados pelo Conselho, com vistas a superar a ausência de indicadores que

permitam mensuração das ações voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse sentido, foi elaborada planilha sintética contendo resumo das respostas por secretaria, acompanhada de análise individualizada, com inclusão de indicadores como tempo médio de resposta, existência de ações específicas para PCTs, abrangência territorial e segmentação das políticas, bem como menção a aspectos orçamentários quando disponíveis. Informou-se, ainda, que o levantamento abrangeu 21 órgãos estaduais, dos quais 20 apresentaram resposta no período analisado, sendo possível aferir tempo médio de retorno de aproximadamente 30 dias. Ao final, foi realizada consolidação comparativa das informações, permitindo classificar as secretarias quanto à existência, ausência ou potencial de adequação de políticas voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais, configurando-se como instrumento de apoio à definição de estratégias do Conselho e à elaboração do Plano Estadual. **Parecer da Plenária:** envio do relatório às pessoas Conselheiras, envio à Unespar que está a coordenar o processo de escrita do plano estadual PCT e disponibilizar o relatório no site do CEPCT. **7) Enfrentamento ao racismo religioso e proteção aos Povos de Terreiro. Relato:** apresentado informe pela Presidência do Conselho acerca de articulação interinstitucional realizada no contexto do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa em janeiro, envolvendo o Conselho, o NUPIER da Defensoria Pública Estadual e entidades representativas dos Povos de Terreiro, em decorrência de situação recorrente de violação de direitos. Como resultado, foi elaborada nota técnica conjunta, reafirmando a necessidade de compromisso do Estado com a proteção das práticas religiosas enquanto expressão de identidade e modo de vida. Informou-se, ainda, a continuidade do grupo de articulação, com proposição de retomada das discussões e encaminhamento da pauta para aprofundamento em reunião futura. **Parecer da Plenária:** Convite à presença da SESP e SEED na agenda da reunião ordinária de 04/2026, no dia das comissões, com pauta a respeito das ações formativas e dos protocolos operacionais padronizados (POP) nas abordagens com apresentação das práticas e dados das secretarias quanto a atuação na pauta. **8) Carteira de Identificação para PCTs. Relato:** Entrega da carteira às representações da Sociedade Civil - PCTs pela Secretaria Executiva. As pessoas Conselheiras presentes na plenária poderão fazer a retirada da carteira de respectivos suplentes ou titulares, sendo que as demais entregas serão realizadas na plenária de abril. **Parecer da plenária:** Ciente. **9) Curso de brigadistas para PCTs – Defesa Civil. Relato:** Registra-se a participação do



Tenente-Coronel Daniel Lorenzetto, atual chefe da Divisão de Gestão de Riscos e Desastres e diretor do CEPED/PR na Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná. O Tenente-Coronel realizou apresentação acerca de curso de formação de brigadistas florestais voluntários, inicialmente estruturado para comunidades Quilombolas e agora proposto para ampliação aos Povos e Comunidades Tradicionais em geral. Informou que a capacitação será ofertada pela Defesa Civil via Escola de Gestão, em formato híbrido, com etapa teórica a distância (EAD) e etapa prática presencial organizada por polos, com certificação ao final. No debate, as pessoas conselheiras destacaram a relevância da formação para fortalecimento da resposta comunitária a incêndios, especialmente em territórios afastados, bem como manifestaram interesse na participação e na mobilização das bases. Foram discutidos aspectos relacionados à forma de oferta do curso, incluindo abertura ampla de inscrições, possibilidade de definição de vagas por segmento, organização das atividades práticas por região e necessidade de disponibilização de informações detalhadas sobre carga horária, metodologia e acesso à plataforma. **Parecer da plenária:** Ciente do relato, demandando a participação do CEPCT com perspectiva de realização da parte prática como reunião descentralizada a ser deliberada posteriormente a partir do estudo de viabilidade. **10) Devolutiva do ofício ao IAT – alterações na Portaria 241 IAT e apresentação do resultado de suas alterações. Parecer da plenária:** Em diligência para apresentação na próxima ordinária com a documentação a ser analisada. **11) Informação quanto ao atendimento da demanda das cestas básicas solicitadas para os Ilhéus do Rio Paraná. Parecer da plenária:** Em diligência. Dado informe do não acolhimento de retorno do protocolado. Concluída a apreciação do ponto, foi proposta pela Presidência e acatada pelo Plenário a alteração da ordem da pauta para viabilizar o debate do ponto 17 **Curso PCTs NEABI/UTFPR Campus Londrina**, em respeito à agenda da Conselheira Silvana. Foi apresentado pela Conselheira Silvana e debatido encaminhamento referente à organização de atividade formativa, com proposta de realização em parceria com o NEABI de Londrina, em substituição ao arranjo anteriormente previsto. Foi indicada, ainda, a sugestão de realização do evento no mês de agosto, considerando a distribuição de agendas temáticas ao longo do ano e a viabilidade de planejamento. No decorrer das discussões, as pessoas conselheiras destacaram a importância de composição coletiva e representativa da organização, assegurando a participação direta dos diferentes

segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais na construção do conteúdo, de modo que cada grupo pudesse expressar suas especificidades. Como desdobramento do debate, foi proposta a constituição de comissão organizadora paritária, com representação governamental e da sociedade civil, incluindo segmentos como Povos de Terreiro, Faxinalenses e Quilombolas, bem como a articulação com órgãos e instituições parceiras. Foi também indicada a criação de grupo de trabalho em aplicativo de mensagens para dar continuidade às tratativas e sistematizar proposta a ser apresentada em reunião posterior do Conselho. **Parecer da plenária:** Em diligência, com necessidade de reapresentação na plenária de 04/2026. Composta comissão para tratar da parceria e oferta do curso. Integrantes: a representação das Secretarias de Cultura (Ellen Cunha do Nascimento), Educação (Sandra Aparecida da Silva) e Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Hayanne Giovana Iovanovitch) e de Povos de Terreiro (Silvana Rodrigues Quintilhano), Quilombolas (Rosemary Ferreira da Silva) e Faxinalenses (Marilei de Fatima Ferreira Gonsalves). Em continuidade, retomou-se apreciação do ponto **12) Informes do Plano Estadual dos PCTs e evento de lançamento. Relato:** a Conselheira Hayanne realizou devolutiva do alinhamento junto à SEMIPI quanto ao evento. Elaboração do plano com a coordenação da escrita pela Unespar, dada cooperação técnica. Informe da reunião de 23/02, com prazo de entrega do plano para 07/2026. **Parecer do plenário:** solicitação da presença do Conselho, por sua Presidência, na reunião de 23/02 com a Unespar, como ouvinte para acompanhamento e solicitação à Unespar de apresentação sobre a construção do plano para a plenária de 04/2026. Deliberada a composição de comissão temporária para organização do evento de lançamento do plano. Integrantes: a representação das Secretarias de: Cultura (Ellen Cunha do Nascimento), Justiça e Cidadania (Douglas Henrique Novelli). Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Hayanne Giovana Iovanovitch); e Casa Civil (Gustavo Henrique Mussi Augusto) e das representações da sociedade civil: Povos de Terreiro (Laysmara Carneiro Edoardo), Quilombolas (Jean Gonçalves Barreto) e Ciganos (Nardi Terezinha Casanova e Tatiane Emilia Camargo Iovanovitchi). Tendo sido o ponto 13 contemplado no debate da Comissão Permanente de Gestão e Financiamento, passou-se à apreciação do ponto **14) Ofício Circular n.º 010/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social – Reforma Tributária e seus Impactos no Programa Nota Paraná (composição de fundos dos Conselhos). Relato:** realizado pela Secretaria Executiva, informando tratar-se de

manifestação quanto a desistência de manifestação conjunta dos Conselhos quanto à Nota Paraná. **Parecer da Comissão:** Cientes, indicando o não acolhimento de informação anterior quanto a manifestação conjunta. **Parecer da Plenária:** Aprovado o parecer da comissão. **15) Monumento em Rebouças: Parecer do plenário:** Em diligência. A Presidência e a Secretaria Executiva se responsabilizam pela retomada do trâmite do pedido e retorno à Conselheira, trazendo a informação ao plenário em 04/2026. **16) Edital de Carnaval da Prefeitura Municipal de Cascavel. Relato:** foi apresentado informe pela Conselheira Laysmara acerca do edital de carnaval da Prefeitura de Cascavel, destacando-se a ausência de previsão e reconhecimento das manifestações culturais vinculadas aos Povos de Terreiro, apesar de sua centralidade histórica na constituição do carnaval popular. Foi ressaltada a necessidade de atuação junto à Secretaria Municipal de Cultura para que, em futuras edições, haja o devido reconhecimento e inclusão dessas expressões culturais. processo de contratação de trabalhadoras/es da cultura para atuação no Carnaval com a exclusão de menção e previsão de representantes da cultura de Povos de Terreiro que tem suas manifestações como fundantes do carnaval popular e de rua. **Parecer da plenária:** envio de uma recomendação à Secretaria Municipal de Cultura do município quanto a necessidade de inclusão destas manifestações culturais, buscando salientar boas práticas. A aproveitar a temática, foi realizada a discussão do ponto **21) Edital PCT - SEEC. Relato:** foi relatado pela Conselheira Tatiane a previsão de lançamento de edital específico voltado aos Povos e Comunidades Tradicionais, sendo destacada a necessidade de participação do Conselho no processo de construção e acompanhamento do edital, bem como a importância de garantir critérios que assegurem a representatividade dos segmentos. Foi enfatizada, ainda, a relevância de previsão de pareceristas com conhecimento sobre PCTs, a fim de qualificar a análise das propostas e evitar distorções na avaliação dos projetos culturais. **Parecer da plenária:** envio de uma recomendação à Secretaria Estadual de Cultura quanto a necessidade de contratação de pareceristas PCTs para análise das propostas submetidas com vistas a obtenção de análise qualificada na avaliação de trabalhos. Articulação entre a Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais - COPCT/SEMIPI com a Diretoria de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura DAFIC/SEEC. Tendo sido o ponto 17 já contemplado em ação de adiantamento de pauta, passou-se à apreciação do ponto **18) Denúncia - Ocorrência da conferência setorial de**

desenvolvimento rural. Relato: informe da Conselheira Suelly quanto ao processo de eleição de candidaturas de representantes da sociedade civil para conferência setorial de desenvolvimento rural. Registro de inscrição na conferência nacional da representante do segmento de caiçaras como sendo representante de cipozeiras o que tem impedido a inscrição da representante. **Parecer da plenária:** realização dos encaminhamentos: 1) Ciência à SEMIPI com exigência de providências quanto ao ocorrido. 2) Realização de contato com a organização da conferência nacional a solicitar informações relativas ao processo de inscrição e as comprovações apresentadas para validação das representações eleitas nas etapas preparatórias, relatando as divergências. **19) Tombamento e adequação do cemitério de Ilha Rasa - Guaraqueçaba. Relato:** informe iniciado pelo Conselheiro Cláudio com destaque para dificuldades estruturais e legais relacionadas às práticas de sepultamento. No debate, as pessoas conselheiras, especialmente com a cooperação da Conselheira Marilei, evidenciaram que a legislação vigente passou a restringir sepultamentos diretamente no solo, exigindo adequações como construção de gavetas e regularização dos espaços, o que tem gerado desafios para comunidades que mantêm práticas tradicionais. Foram ressaltadas, ainda, questões relacionadas à necessidade de legalização dos cemitérios, construção de capelas mortuárias e garantia de condições dignas para rituais de despedida, bem como a importância de reconhecer esses espaços como elementos fundamentais de manutenção da ancestralidade e da identidade cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Parecer da Plenária:** 1) Encaminhamento de ofício à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, para adequação do cemitério de Ilha Rasa, em respeito à lei ambiental que veda a prática de sepultamento direto no solo, com a devida explicitação da necessidade de construção de capela mortuária. 2) Encaminhamento do conteúdo, que traz a demanda de PCTs quanto a guarda de ancestralidade, à equipe da Unespar para que seja incorporado ao plano estadual, visto que, a princípio, a pauta não foi contemplada na conferência. **20) Resposta do IAT - Retirada de cascalho - estrada do Itaqui. Parecer do plenário:** Em diligência. Solicita-se atuação da SEMIPI na intermediação junto ao IAT para atendimento da demanda. Tendo sido o ponto 21 já contemplado em ação de adiantamento de pauta, passou-se à apreciação do ponto **22) ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS. Relato:** realizado pelo Conselheiro Cláudio acerca da atuação da ONG em território da

Ilha Rasa - Guaraqueçaba, com indicação de que a organização vem realizando atividades na área sem observância do protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI da comunidade. Foram mencionadas tentativas reiteradas de diálogo por meio de ofícios e solicitações de reunião, sem retorno, bem como a continuidade das intervenções, incluindo instalação de equipamentos de monitoramento. Destacou-se, ainda, a complexidade do caso em razão da sobreposição com área de proteção ambiental e da atuação de diferentes órgãos institucionais. **Parecer do plenário:** Envio de recomendação à ONG e ao ICMBIO quanto à necessidade de observância da CLPI a sinalizar as implicações de possíveis violações. **23) Composição da comissão temporária de cartografia sociodemográfica. Relato:** recuperado pela Secretaria Executiva e Presidência as informações já apresentadas no informe da manhã. A reunião com o IPARDES tratou da necessidade de construção de uma cartografia sociodemográfica dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, demanda histórica do Conselho para qualificar a formulação de políticas públicas. Foram debatidas as limitações das bases de dados existentes, as divergências metodológicas e a complexidade logística e orçamentária de um mapeamento completo. Como encaminhamento, indicou-se a criação de Comissão Temática Temporária no âmbito do Conselho para organizar dados secundários, dimensionar o desafio e dialogar com o Executivo sobre viabilidade técnica e financeira. A iniciativa foi reconhecida como estruturante e de médio a longo prazo. **Parecer da Plenária:** Composição da comissão: na representação da sociedade civil: Jean Gonçalves Barreto (Quilombolas); Laysmara Carneiro Edoardo (Povos de Terreiro); e Misael Jeferson Nobre (Ilhéus); pela representação governamental: Douglas Henrique Novelli (SEJU); Hayanne Giovana Iovanovitch (SEMIPI); e Gustavo Henrique Mussi Augusto (Casa Civil). **24) Composição de comissão conjunta com o IAT - CLPI. Relato:** recuperada pela Secretaria Executiva e Presidência a informação quanto a reunião com o IAT que debateu a aplicação da Consulta Prévia, Livre e Informada - CLPI em processos de criação de Unidades de Conservação, após relatos de intervenções em territórios tradicionais sem comunicação adequada. Foi discutida a revisão da Instrução Normativa n.º 01/2022, com reivindicação de participação direta das comunidades na sua reformulação. As lideranças reforçaram que a consulta deve considerar impactos diretos e indiretos, inclusive em territórios não demarcados. Também foram abordadas questões de fiscalização, segurança e conflitos

ambientais. Encaminhou-se a construção conjunta da nova normativa por meio de grupo de trabalho. **Parecer da Plenária:** Composição da comissão temporária que terá também a incumbência de elaboração da nota técnica deliberada no informe quanto ao projeto ParanaMap. Integrantes: na representação da sociedade civil: Marilei de Fatima Ferreira Gonsalves (Faxinalenses); e Misael Jeferson Nobre (Ilhéus); pela representação governamental: Felipe Kamaroski (SEMIPI) e Gustavo Henrique Mussi Augusto (Casa Civil). **25) Cartilha PCTs. Relato:** apresentada pela Presidência proposta de elaboração de material educativo (cartilha) voltado aos Povos e Comunidades Tradicionais, a ser desenvolvido em médio prazo, com caráter formativo e informativo, destinado à utilização em escolas e serviços públicos. Destacou-se a necessidade de definição de metodologia, parcerias institucionais e planejamento para sua execução. No debate, foi sugerida a **articulação da produção da cartilha com processos formativos**, indicando a possibilidade de que o material constitua produto de ações de capacitação ou cursos, com participação de instituições de ensino e acompanhamento do Conselho. **Parecer da plenária:** recomenda-se para apreciação da comissão que acompanhará a formação a ser executada pelo NEABI/UTFPR/Campus Londrina. **26) Capacitação às pessoas servidoras públicas para direitos da população PCTs. Relato:** a Presidência apresentou proposta de capacitação de servidores e servidoras do Estado, a ser articulada junto à Escola de Gestão, com foco na formação sobre os Povos e Comunidades Tradicionais, suas especificidades e implicações no atendimento pelas políticas públicas. Indicou-se como referência experiência anterior realizada em parceria com a Escola de Direitos Humanos, com oferta de aulas online e certificação. No debate, destacou-se a importância de qualificar o conhecimento institucional sobre os PCTs, visando superar desconhecimentos e aprimorar a atuação dos serviços públicos. Foi sugerida a organização da iniciativa em médio prazo, com possível vinculação a ações formativas já em construção e acompanhamento por comissão do Conselho. **Parecer da plenária:** recomenda-se para apreciação da comissão que acompanhará a formação a ser executada pelo NEABI/UTFPR/Campus Londrina. **27) Composição da comissão eleitoral para representação da sociedade civil. Relato:** foi apresentada pela Presidência a necessidade de constituição da Comissão Eleitoral do CEPCT, considerando o término do mandato da gestão 2024–2026 e o volume de atividades relacionadas à organização do processo eleitoral. Foi proposta a composição paritária da

comissão, com representantes governamentais e da sociedade civil, bem como o acompanhamento do processo por órgãos de controle. Destacou-se, ainda, a vedação à participação de conselheiros da sociedade civil que pretendam concorrer ao próximo mandato, em razão de conflito de interesse. Diante da ausência de indicação imediata de representantes da sociedade civil, foi acordado que os nomes serão definidos posteriormente, com compromisso de apresentação até a próxima reunião extraordinária.

Parecer da plenária: aprovada a composição da comissão, com 4 pessoas integrantes, mantendo-se a paridade. Na representação governamental, comporão SEMIPI e SEJU, sendo que a indicação da sociedade civil entra na pauta da extraordinária de março, a ser realizada exclusivamente online. Antes do encerramento, foi registrada pela Secretaria Executiva a necessidade de realização de reunião da Comissão de Regimento Interno, com caráter prioritário, a fim de viabilizar a finalização da análise do documento e subsidiar sua apreciação na plenária prevista para o mês de março. Informou-se que a articulação para definição de data será realizada em caráter breve, por meio dos canais de comunicação já estabelecidos, considerando a proximidade do período pós-carnaval e o estágio avançado de consolidação do texto. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho, Sra. Laysmara Carneiro Edoardo, procedeu ao encerramento da reunião, destacando os avanços obtidos ao longo da pauta, bem como a relevância das discussões realizadas, inclusive aquelas de caráter sensível. Ressaltou a importância da continuidade das articulações institucionais, com previsão de realização de reuniões temáticas ao longo das semanas seguintes, e reiterou o calendário do Conselho, com indicação de reunião extraordinária no mês de março e nova reunião ordinária em abril. Por fim, agradeceu a participação de todas as pessoas presentes e declarou encerrada a reunião. A presente ata foi lavrada por Gloria Cardozo, Secretária Executiva do Conselho e Assessora da Diretoria de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa - SEMIPI. Após a aprovação será publicada no DIOE e disponibilizada no site do CEPCT/PR.